

CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



Ata da Reunião de 30 / 10 / 2014

Ata n.º 24 destinada a:



ATA N.º 24

Aos trinta dias do mês de outubro do ano dois mil e catorze na Sala de Sessões, Edifício dos Paços do Concelho desta cidade de Vendas Novas reuniu a Câmara Municipal tendo estado:

PRESIDENTE..... LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS
VICE-PRESIDENTE ANA CARLA ARRANJA M. DE BARROS
VEREADORES JOSÉ MARIA RODRIGUES FIGUEIRA
ELSA CRISTINA N. DOS SANTOS CAEIRO
SILVIA LEONOR C. SEATRA DOS SANTOS
JOAQUIM MANUEL MARQUES B. SOEIRO
AUSENTE PAULO ALEXANDRE V. CAÇOILAS

A reunião foi secretariada pelo Chefe da DAF, Hélder Páscoa Fernandes.

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião eram 10 H 00.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a falta do Vereador Paulo Caçoilas, ausente por motivo de ordem profissional.

1. Ponto – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

Tomou a palavra o **Presidente** informando que, no dia 16 de outubro, recebeu a Professora Raquel Varela do Colégio Laura Vicunha, reuniu com a Dr.^a Clara Almeida da Autodesk e esteve presente no treino de tiro promovido pelo Regimento de Artilharia n.º 5, juntamente com o Vereador Joaquim Soeiro. No dia 17 esteve presente numa reunião com o Engenheiro Marmé e com a Dr.^a Lucília Jorge da EDP e recebeu a Sr.^a Inês Vieira da Associação de Proteção dos Animais. Nos dias 20, 21 e 22, juntamente com o Vereador Joaquim Soeiro, participou na visita a projetos em Santander, no dia 23 participou na reunião com os representantes do Partido



Comunista Português, sobre as Grandes Opções do Plano, PAM e PPI 2015 e no dia 24 participou em duas reuniões, uma com o Engenheiro João Ribeiro da EDP Comercial e outra com a Associação de Municípios Portugueses do Vinho. No dia 26 participou, juntamente com os restantes vereadores, no Roteiro + Cidadania, no dia 27 participou na Assembleia Intermunicipal da AMGAP, que se realizou na sede da Cimbal, em Beja, no dia 28 esteve presente na receção aos alunos de espanhol, que vieram conhecer o concelho e participou no conselho intermunicipal da CIMAC e no dia 29 esteve presente na assinatura do ACEP com o Stal, na assinatura do protocolo com o NERE, participou na reunião da proteção civil distrital e ainda no Conselho Cinegético Municipal, juntamente com a Vereadora Elsa Caeiro.

Interveio a **Vice-Presidente** referindo que no dia 16 de outubro esteve presente na atividade do Dia da Alimentação, desenvolvida na EB2, no dia 21 participou na sessão de cinema, no âmbito da programação da Semana do Idoso e no dia 22 participou na matiné dançante promovida pela Junta de Freguesia, também no âmbito da Semana do Idoso. No dia 24 esteve presente numa reunião com várias entidades e com o agrupamento de Escolas de Vendas Novas sobre o ATL do 1.º ciclo, no dia 26 participou no Roteiro + Cidadania, no dia 27 esteve presente, em Évora, numa reunião com o Agrupamento de Centros de Saúde, referente ao novo projeto previsto para janeiro de 2015 sobre AVC's e no dia 29 esteve presente na reunião do conselho geral do Agrupamento de Escolas.

Tomou a palavra a **Vereadora Elsa Caeiro** dando conhecimento que, no dia 16, participou na EB2, na atividade do Dia da Alimentação, esteve presente na reunião com a Autodesk e esteve ainda presente na entrada em modo de produção do licenciamento zero, no Balção do Empreendedor e no dia 29 esteve presente na assinatura do protocolo com o Núcleo Empresarial da Região de Évora e participou no Conselho Cinegético Municipal.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** informando que no dia 16 de outubro esteve presente no treino de tiro promovido pelo Regimento de Artilharia n.º 5, nos dias 20, 21 e 22 participou na visita a projetos em Santander, no dia 24 recebeu a empresa Armasul, que veio apresentar os seus serviços e no dia 26 participou no Roteiro + Cidadania.

O **Vereador José Figueira** entrega dois requerimentos, um sobre o Plano de Pormenor do Parque Industrial e outro sobre a listagem das prestações de serviços (tarefas, avenças e consultorias técnicas) adjudicadas pelo Município de Vendas Novas entre novembro de 2013 e novembro de 2014.



Interveio a **Vereadora Sílvia Santos** referindo que tem ouvido comentários de encarregados de educação sobre as refeições escolares e gostaria de saber se tem havido problemas com a quantidade e qualidade das mesmas.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** informando que se verificaram duas queixas, na última semana, sobre a confeção dos pratos. Afirma que há pessoal da Câmara Municipal em todos os refeitórios, a registarem diariamente, em impresso próprio, as várias questões do serviço e o executivo irá analisar a situação.

Interveio o **Presidente** dizendo que em 2013, quando o presente executivo tomou posse, era rara a semana em que não havia falta de comida, o que garantidamente não está a acontecer neste momento, pelo que as melhorias são evidentes. Afirma que o presente ano letivo começou com uma normalidade que não era habitual.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** afirmando que o ano letivo passado começou em outubro de 2013, depois do ato eleitoral, pelo que não percebe como se pode tirar essa ilação.

Interveio o **Presidente** informando que o anterior ano letivo começou em setembro e não em outubro, acrescentando que não foi o primeiro ano letivo em que houve problemas, que não se verificaram este ano.

Foi aprovada, por unanimidade, a introdução de um novo assunto na ordem de trabalhos da presente reunião, designadamente:

- AMGAP – Orçamento 2015;

2. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – Águas Públicas do Alentejo (AgdA) – Acordo de Transação

Doc. 137/14

Presente proposta de alteração ao acordo de transação celebrado entre o Município de Vendas Novas e a empresa Águas Públicas do Alentejo.

Tomou a palavra o **Presidente** referindo que a presente proposta permite que estes encargos não pesem tanto nos orçamentos dos próximos anos.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao acordo, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.



2.2 - Fixação da Participação variável do Município no IRS dos Sujeitos Passivos com Domicílio Fiscal na Respetiva Circunscrição Territorial **Doc. 138/14**

Presente Proposta de Fixação da Participação variável do Município no IRS dos Sujeitos Passivos com Domicílio Fiscal na Respetiva Circunscrição Territorial (5%), conforme documento anexo.

Tomou a palavra o **Presidente** informando que o executivo gostaria de reduzir o IRS, mas face à limitação do plano de saneamento financeiro e às restrições orçamentais, não é possível alterar esse valor.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de fixar em 5 % a participação variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

2.3 - Derrama a lançar, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) **Doc. 139/14**

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, presente a proposta do Sr. Presidente sobre a derrama (1,5 %) a lançar no ano de 2015 sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e isentar as empresas durante três anos.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de fixação da derrama, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

2.4 - Taxas a fixar no âmbito do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis **Doc. 140/14**

Presente proposta relativamente às Taxas a fixar no âmbito do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, fixando a taxa de 0,34 % para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.



2.5 - Proposta de Deliberação sobre Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal e sobre a Alteração de Posicionamento Remuneratório dos Trabalhadores (Opção Gestionária), para o ano de 2015 **Doc. 141/14**

Presente proposta de Deliberação sobre Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal e sobre a Alteração de Posicionamento Remuneratório dos Trabalhadores (Opção Gestionária), para o ano de 2015.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de deliberação apresentada pelo Presidente, de acordo com o documento anexo.

2.6 - Documentos Previsionais para 2015

Doc. 142/14

Presente proposta de documentos previsionais para 2015.

Tomou a palavra o **Presidente** informando que o presente documento se insere na estratégia definida, mantendo a rota de rigor e transparência definida. Considera que se trata de um documento mais técnico do que político, não deixando de conter as opções e estratégias políticas. Afirma que não se inflacionou a receita para que não se verifique o que aconteceu no passado, a existência de dívidas. Em termos de orçamento, realça o seu valor global, decorrente da métrica das receitas, designadamente da diminuição das receitas de venda de bens de investimento. Em termos de despesa, realça que o acordo com a AgdA, a amortização do Saneamento Financeiro e o FAM, totaliza cerca de 600 mil euros, acrescentando que com todos estes encargos não sobra muito para o PPI e para o PAM. Refere que a reduzida margem de manobra orçamental para 2015 não lhes retira a ambição. Informa que também está incluída a execução do projeto que resultou do orçamento participativo, ou seja, a estrada da Afeiteira.

Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que tendo em conta que, de acordo com a Lei das Finanças Locais, os orçamentos têm de ser remetidos à Assembleia Municipal até 31 de outubro, pode, até à Assembleia Municipal ser feita uma análise mais profunda, contudo pretende deixar algumas notas. Afirma que independentemente das justificações dadas pelo Presidente, de que se trata de um documento mais técnico, pois a estratégia já está definida, o que é certo é que as estratégias são dinâmicas face à realidade e devem ser ajustadas em função da realidade, o que



LD
#

considera que não está plasmado no documento, pois até existem contradições. Refere que hoje, na ordem do dia da realidade autárquica, discutem-se as implicações da nova Lei das Finanças Locais, do FAM e da proposta de Orçamento de Estado para 2015 que não cumpre com a Lei relativamente à redistribuição de impostos. Afirma que não falar nisto é uma fuga para a frente, continuando-se a branquear as políticas contra o Poder Local. Somos confrontados com palavras de uma nova visão estratégica, no entanto, afirma que o documento não reflete isso. Face à análise feita, apresentam algumas questões, nomeadamente, para quando está previsto o início de funcionamento do Parque de Exposições, Feira e Mercados, que se falava que seria para este mês e que não estando em funcionamento fica em risco de se degradar, para quando o Centro de Convívio da Marconi, onde só faltava a instalação elétrica. Afirma que, apesar de tudo o que foi dito, não se vêem nenhuma linha orientadoras, apesar das dificuldades, sobre as obras de manutenção de espaços públicos do Município, que se estão a degradar, referindo que a Câmara Municipal tem bens, trabalhadores e máquinas para fazer uma intervenção mais adequada. Pergunta, ainda, a que se deve o aumento das despesas com o pessoal, que no ano passado tinha um peso de 36 % e este ano tem um peso de 43 % no orçamento e a que se devem as despesas com o pessoal em outras situações, no valor de 120.000 €. Afirma que nas despesas de investimento é apresentado o valor de 831.000 €, em que o maior investimento é um pequeno troço da estrada da Afeiteira. Refere que, ao fim ao cabo, nas despesas do PAM, o maior peso é na educação, que é importante, mas onde se deve separar o que são as competências da Câmara Municipal e as do Ministério da Educação. Conclui referindo que as autarquias locais atravessam grandes dificuldades face às várias políticas que têm sido seguidas, sem se cumprir a Lei das Finanças Locais, mesmo ao nível das transferências do Orçamento de Estado, o que deveria levar os Municípios a ter uma atuação concertada sobre esta questão.

Sobre a estratégia, o **Presidente** afirma que se tem de ter uma abordagem de curto prazo, que é o que é feito hoje com o orçamento e uma estratégia de médio e longo prazo que o executivo definiu. Refere que a visão de médio e longo prazo está definida e que o executivo sabe o que quer para o concelho, sendo a visão de curto prazo definida e limitada face aos condicionantes existentes. Relativamente ao FAM, refere que já foi proposto pelo atual executivo uma tomada de posição política contra o mesmo, sendo que se revêm na posição assumida pela ANMP, mas o que o executivo não faz é analisar e agir como se nada fosse. Sabem as dificuldades existentes e tem que ser definida uma estratégia de CP de acordo com o que se tem, ainda que se esteja insatisfeito,



L2
#

e não com o que se gostaria de ter. Em relação à nova visão estratégica, afirma que é claro que isso tem a ver com o novo mandato autárquico. Sobre as questões concretas, estranha e não percebe as referências que o Vereador José Figueiras fez sobre o Parque de Exposições, Feiras e Mercados e sobre o Centro de Convívio da Marconi. Afirma que o presente executivo recebeu do anterior, o Parque de Exposições, Feiras e Mercados, um projeto que não estava executado de acordo com aquilo que deve ser um espaço para acolher este tipo de eventos, pois sem regulamentos e sem as infraestruturas necessárias, aquele equipamento não pode funcionar. Informa que se tem vindo a trabalhar para que, quando se iniciar o funcionamento daquele equipamento, isso aconteça da melhor maneira possível, para que seja um espaço acolhedor que traga vantagens e não mais constrangimentos. Refere que se pensa iniciar em janeiro, mas apenas será colocado a funcionar se estiverem reunidas todas as condições para isso. Sobre o Centro de Convívio da Marconi, responde à pergunta feita, perguntando se quando foi tomada a decisão de fazer o referido centro, se perguntou às populações se queriam este equipamento. Informa que o presente executivo reuniu com a população e o que lhes foi transmitido é que aquela não era uma prioridade para aquela população, e com as instituições com que o executivo falou, nenhuma manifestou interesse em avançar com a exploração daquele espaço. Em relação às obras de intervenção no espaço público, informa que existem vários projetos que preveem esta situação. Relativamente às despesas com o pessoal irá dar a palavra ao Chefe da DAF para explicar. Sobre o pelouro da Educação, afirma que não é de estranhar o seu peso no PAM, quando se tem que assegurar os transportes escolares e as refeições escolares, quando se tem projetos como os manuais escolares e as bolsas de estudo, considerando que de estranhar seria que a maior parte do PAM fosse gasto com as festas, pois parece-lhe que a educação é o melhor investimento.

Interveio o **Vereador Joaquim Soeiro** afirmando que as opções que constam nestes documentos podem não ser as que os vereadores escolheriam, mas são as decisões que o executivo entendeu serem as melhores. O problema é que as decisões do atual executivo estão condicionadas pelas ações do executivo anterior. Relativamente ao Parque de Exposições, Feiras e Mercados, afirma que o projeto quando foi aprovado e construído não era exequível, pois, por exemplo, não previa que os feirantes deixassem as suas viaturas dentro do referido espaço. O mesmo se passa com outro projeto, as ciclovias, que tem um traçado aberrante. Quanto ao Centro de Convívio da Marconi, pergunta para quê e para quem, gastar dinheiro naquele equipamento. Informa que o executivo não concorda com aquela opção, no entanto, terá de a manter porque é mais



LD
#

dispendioso abandoná-la, mas tentará dar-lhe o melhor uso possível. Afirma que não é verdade quando o vereador José Figueira acusa o executivo de não fazer investimento em manutenção, até porque o executivo tem de andar a “tapar buracos” que não abriu. Sobre a despesa com pessoal, refere que, se baixou o total do orçamento, é óbvio que o peso da despesa com pessoal irá subir.

Tomou a palavra o **Dr. Hélder Fernandes, Chefe da DAF**, informando que, em relação ao pessoal em qualquer outra situação refere-se às remunerações de dirigentes e membros do Gabinete de apoio político. Sobre o peso da despesa com pessoal no total do orçamento, o mesmo explica-se essencialmente pela diminuição do total do orçamento.

Interveio o **Vereador José Figueira** referindo que o que disse sobre as despesas de educação não foram críticas, foi relevar que todas as outras rúbricas têm verbas inferiores. Em relação às questões que se encontram na introdução, espera que daqui a 4 anos se ponha “o dedo na ferida”, quanto às políticas governamentais e aos constrangimentos que as mesmas trazem para as autarquias. Acha que este documento não pode deixar de referir estas questões como se elas não acontecessem. Afirma que os vereadores não se revêm neste documento e no facto de não ser denunciada esta política de ataque ao poder local, com as consequências que a mesma tem para as famílias e para as pessoas.

Sobre o enquadramento o **Presidente** afirma que não estão nele detalhes sobre os constrangimentos externos, nem internos, ou seja, não foi feita referencia às políticas governamentais em pormenor, mas também não foi feita referência à herança do anterior executivo, como a Sociedade do Parque Industrial e o aumento continuado da dívida, pois estes documentos não representam um exercício de política partidária. Afirma que se o atual executivo tivesse chegado à Câmara Municipal e tivesse encontrado a situação que o Vereador José Figueira encontrou quando cá chegou, com certeza tinha a possibilidade de assumir outras opções.

- Orçamento 2015 (Relatório, Mapas de Resumo e Mapas da receita e despesa, normas de execução e Mapa das Entidades Participadas)

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores José Figueira e Sílvia Santos, aprovar a proposta de Orçamento para 2015, submetendo o documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.



- **Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividade Municipal)**

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores José Figueira e Silvia Santos, aprovar as Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais), submetendo o documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

2.7 - Mapa de Pessoal para 2015

Doc. 143/14

Presente o Mapa de Pessoal para 2015, conforme documento anexo.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Pessoal para 2015 submetendo o documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

2.8 – Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Vendas Novas

Doc. 144/14

Terminado o período de discussão pública, presente o Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Vendas Novas.

Tomou a palavra a **Vereadora Elsa Caeiro** informando que no período de discussão pública não se verificaram alterações, apenas alguns pedidos de esclarecimentos e algumas sugestões internas, tendo-se procurado adequar os Regulamentos Municipais à legislação em vigor.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira e Silvia Santos, aprovar a proposta de regulamento, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o **Vereador José Figueira** apresentando a seguinte declaração de voto sobre os pontos 2.8 a 2.14, com exceção do ponto 2.11: “Os Vereadores da CDU, na passada reunião de Câmara Municipal, de dia 1 de Outubro, questionaram o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas, sobre o porquê de os “regulamentos” que tinham sido aprovados pela Câmara Municipal e colocados à discussão pública, após publicação em Diário da República, em particular os que se prendem com as matérias que estiveram em debate no dia de hoje, 30 de Outubro de 2014, não terem sido divulgados na íntegra (com a publicação no SITE do Município)



dos referidos “Regulamentos publicados no Diário da República”, entre Agosto e Setembro, já que, tal como tivemos ocasião de afirmar, os possíveis interessados (face as implicações do “licenciamento zero” e outras decorrentes da legislação), não têm o acesso fácil ao “Jornal Oficial”. Fomos informados, que o SITE estava em processo de “renovação/requalificação” e que estariam sim, publicados os referidos Editais. Analisada a informação decorrente dos Serviços de Atendimento Público (coordenador técnico do CAP) e do Chefe da DAUA, cujas informações acompanharam os “referidos regulamentos”, constata-se que não foi entregue qualquer proposta (externa ao Município) de alteração aos referidos regulamentos, as que foram introduzidas, decorreram de propostas dos serviços técnicos da Câmara Municipal, algumas delas que vão no sentido de aumentos de ocupação de via pública: explanadas para o “dobro” do que inicialmente previsto. Neste quadro, o “Voto de Abstenção”, nos pontos 2.8 a 2.14, exceto o ponto 2.11, da Ordem Dia da Reunião de Câmara Municipal de 30 de Outubro de 2014, dos Vereadores da CDU, deriva do facto do executivo municipal não ter criado (para quem tanto apregoa, a palavra “transparência”), as condições objetivas para a divulgação e destaque nos meios de informação municipal, com particular destaque para o “Site Institucional do Município”.

Tomou a palavra o **Presidente** apresentando a seguinte declaração de voto: “Congratulamo-nos com a aprovação final dos Regulamentos presentes em reunião da Câmara Municipal e destacamos o trabalho incansável dos técnicos do Município nas informações prestadas, via ofícios, a cada um dos estabelecimentos potencialmente abrangidos pela entrada em vigor de tais regulamentos, dando-lhes assim toda a informação e todos os meios necessários para que se pudessem pronunciar em tempo útil e ter conhecimentos dos referidos regulamentos”.

2.9 – Regulamento Municipal de Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes do Município de Vendas Novas Doc. 145/14

Terminado o período de discussão pública, presente o Regulamento Municipal de Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes do Município de Vendas Novas.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira e Silvia Santos, aprovar a proposta de regulamento, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.



2.10 – Regulamento Municipal sobre o Acesso, Exercício e Fiscalização de Atividades Diversas do Município de Vendas Novas **Doc. 146/14**

Terminado o período de discussão pública, presente o Regulamento Municipal sobre o Acesso, Exercício e Fiscalização de Atividades Diversas do Município de Vendas Novas.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira e Silvia Santos, aprovar a proposta de regulamento, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

2.11 – Regulamento Municipal de Estabelecimentos de Alojamento Local do Município de Vendas Novas

Terminado o período de discussão pública, presente o Regulamento Municipal de Estabelecimentos de Alojamento Local do Município de Vendas Novas.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da reunião.

2.12 – Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Vendas Novas **Doc. 147/14**

Terminado o período de discussão pública, presente o Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Vendas Novas.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira e Silvia Santos, aprovar a proposta de regulamento, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

2.13 – Regulamento de Taxas Urbanísticas **Doc. 148/14**

Terminado o período de discussão pública, presente o Regulamento de Taxas Urbanísticas, bem como a respetiva fundamentação económico-financeira.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira e Silvia Santos, aprovar a proposta de regulamento, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

**2.14 – Regulamento de Taxas Administrativas****Doc. 149/14**

Terminado o período de discussão pública, presente o Regulamento de Taxas Administrativas, bem como a respetiva fundamentação económico-financeira.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira e Silvia Santos, aprovar a proposta de regulamento, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o **Vereador Joaquim Soeiro** apresentando a seguinte declaração de voto: “O Vereador eleito pelo PSD congratula-se por este executivo ter conseguido, com o apoio imprescindível dos funcionários desta autarquia, trazer à reunião da Câmara Municipal, todos estes regulamentos, muitos deles para darem cumprimento a legislação com mais de 3 anos. De facto, com a aprovação destes regulamentos na Câmara Municipal e conseqüente possível aprovação na Assembleia Municipal, o Município de Vendas Novas terá ao seu dispor as ferramentas necessárias para aumentar a qualidade de vida dos seus munícipes”.

2.15 – 19.ª Alteração ao Orçamento, PPI e PAM**Doc. 150/14**

Presente proposta para a 19.ª alteração ao Orçamento, PPI e PAM.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira e Silvia Santos, aprovar a 19.ª Alteração ao Orçamento, PPI e PAM da Câmara Municipal.

2.16 – Expediente**2.16.1 - Atas**

- Foi lida e aprovada, por **maioria**, com as abstenções do Presidente e da Vereadora Elsa Caeiro, em virtude de não terem participado na referida reunião, a **Ata n.º 14**, respeitante à reunião realizada em 11 de junho de 2014.
- Foi lida e aprovada, por **maioria**, com a abstenção da Vereadora Elsa Caeiro, em virtude de não ter participado na referida reunião, a **Ata n.º 15**, respeitante à reunião realizada em 24 de junho de 2014.



LD
#

2.16.2 - Proposta de normativo – Natal Solidário

Doc. 151/14

Presente Informação n.º 28/14 do Serviço de Intervenção Social, apresentando uma proposta de normativo a aplicar ao projeto “Natal Solidário 2014”.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de normativo do projeto “Natal Solidário 2014”.

2.16.3 - Proposta de Aquisição de Serviços (Tarefa) – desenho e apoio na implementação de processos/circuitos

Doc. 152/14

Presente proposta de aquisição de Serviços (Tarefa) para desenho e apoio na implementação de processos/circuitos, no âmbito da componente “Desmaterialização de Processos de Negócio” do projeto “Modernização Alentejo Central@2015”.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à aquisição de serviços para apoio na implementação de processos/circuitos.

2.16.4 - Acordo de Colaboração – Componente de Apoio à Família 1º Ciclo 2014-2015

Doc. 153/14

Presente proposta de Acordo de Colaboração a celebrar entre o Município de Vendas Novas, o Agrupamento de Escolas de Vendas Novas, a Fundação Salesianos e o Desportivo Clube das Piçarras, no âmbito da Componente de Apoio à Família 1.º Ciclo 2014-2015.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de acordo de colaboração.

2.16.5 - Parecer para aquisição de Serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho – Retificação

Doc. 154/14

Presente proposta para retificação da deliberação da Câmara Municipal de 24 de junho de 2014 relativamente à emissão de parecer para a aquisição de serviços de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retificar a deliberação de 24 de junho de 2014.

**2.16.6 – Concurso Público – Venda de Prédio****Doc. 155/14**

Presente proposta para abertura de concurso público para adjudicação da venda de prédio para construção com fins industriais sito no Parque Industrial de Vendas Novas.

Tomou a palavra o **Presidente** fazendo o enquadramento do assunto e referindo que constam do processo a Informação do Chefe da DAUA, bem como o Parecer Jurídico n.º 67/2014, que enquadram também o presente processo.

Interveio o **Vereador José Figueira** afirmando que os Vereadores da CDU já apresentaram um requerimento sobre a não publicação e depósito na DGOT, do Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas e como somente no presente dia acederam à informação sobre este ponto, ficaram preocupados pois o Plano de Pormenor prevê a classificação do terreno como industrial e como tal o terreno não pode ser classificado como rústico, o que lhes suscita muitas dúvidas legais. Refere que o terreno estava no primeiro Plano de Pormenor como terminal ferroviário de apoio às atividades do parque industrial, o que nunca aconteceu e como tal na revisão do plano de pormenor decidiu alterar-se para terreno industrial, dando-lhe mais-valia. Considera que a Câmara Municipal tem que tomar medidas urgentes para publicação e depósito do Plano de Pormenor, pois o terreno no anterior plano de pormenor encontra-se como terminal ferroviário, logo, entende que se os pareceres não fazem referência a estas questões, pode levar a que este processo seja ilegal.

Tomou a palavra o **Presidente** referindo que com a alteração à legislação, em junho, tem de haver um estudo de impacto ambiental para o plano de pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas, logo, a Câmara Municipal está a analisar a situação com a CCDR para ver se é possível prescindir deste estudo, sendo estas questões que impedem a publicação e depósito do Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas. Em relação ao uso do terreno, informa que o mesmo se encontra como destinado a indústria no PDM, logo o que se está a falar é colocar no mercado um terreno que no PDM está classificado como uso industrial. Refere que o executivo sabe que não há perspectiva de investimento da REFER naquele terreno. O executivo pretende atrair empresas e criar postos de trabalho. Considera que estão reunidas as condições para votar o presente assunto, tendo em conta que a questão jurídica foi analisada.

Interveio o **Vereador José Figueira** afirmando que não devem ser confundidas as duas questões, designadamente a atração de investimentos e as questões processuais e legais que os vereadores



da CDU levantaram, pois não estão contra a atração de investimento. Refere que o ICNF deu parecer favorável sobre a alteração do plano de pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas e a CCDR dispensou a realização do estudo de impacto ambiental, considerando que ambas as entidades não podem vir agora querer aplicar regras com retroatividade, tendo a Câmara Municipal toda a legitimidade para publicar o plano de pormenor. Refere que os órgãos autárquicos aprovaram esta alteração e não há nada que diga que o plano de pormenor não pode ser publicado, até porque esta questão não afeta só estes terrenos, afeta também os terrenos de expansão que têm de ser classificados como industriais.

Tomou a palavra o **Presidente** informando que o que expressou à CCDR foi essa mesma posição, mas de facto, a Lei saiu com previsão de retroatividade e por isso o executivo está a analisar a questão com a CCDR. Concluindo, que, de facto, o terreno em causa está classificado no PDM como tendo uso industrial.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos vereadores José Figueira e Silvia Santos, aprovar a abertura de concurso público, as respetivas peças do procedimento, e a nomeação do júri do concurso.

2.16.7 – Ação Social Escolar 1.º Ciclo 2014-2015: retificação de dados

Presente Informação n.º 58/14 do Serviço de Educação a informar que se verificou uma alteração no número de alunos a beneficiarem de Ação Social Escolar, passando a estar contemplados 83 alunos no escalão A e 79 no escalão B.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar retificação dos valores da ação social escolar do 1.º ciclo.

2.16.8 – Ação Social Escolar da educação pré-escolar – Ano letivo 2014-2015

Presente Informação n.º 59/14 do Serviço de Educação a informar que foram apresentadas 71 candidaturas aos apoios da Ação Social Escolar na educação pré-escolar.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar retificação dos valores da ação social escolar da educação pré-escolar.

**2.16.9 – Protocolo de Colaboração com o Agrupamento de Escolas de Vendas Novas**

Doc. 156/14

Presente Informação n.º 60/14 do Serviço de Educação a remeter para aprovação o Protocolo de Colaboração para o ano letivo 2014-2015, que regula as condições de parceria entre o Município de Vendas Novas e o Agrupamento de Escolas de Vendas Novas, no que diz respeito à Ação Social Escolar e ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** apresentando o assunto em questão.

Interveio o **Vereador José Figueira** dizendo que na cláusula 2.ª é referido que o Município irá destacar 5 funcionárias para auxiliar em atividades inerentes ao funcionamento dos estabelecimentos educativos, o que é da responsabilidade do Ministério da Educação, pelo que pergunta se caso o concurso do Ministério da Educação venha a ocorrer, o que irá acontecer a essas pessoas que estão destacadas da Câmara Municipal, se deixam de o estar ou se se mantêm, independentemente das tarefas contratadas pelo referido Ministério.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente** informando que estas 5 pessoas, à exceção da técnica da EB da Landeira, são assistentes operacionais que já se encontram afetas à educação, mas que não estavam referidas no protocolo. Ou seja, para além das 7 animadoras e 7 auxiliares, estas 5 pessoas já estavam afetas à educação, apenas não constavam do protocolo.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de protocolo a celebrar com o Agrupamento de Escolas de Vendas Novas para o ano letivo 2014-2015.

2.16.10 – Pagamento faseado de taxa de ocupação do Mercado Municipal

Luís Carlos Galinha Grilo, solicita autorização para efetuar o pagamento do valor em dívida, referente à taxa de ocupação do espaço da loja n.º 8 do mercado Municipal, em 10 prestações. Presente Parecer Jurídico n.º 27-SA/2014, referente ao pedido apresentado.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento em 10 prestações, de acordo com o Parecer Jurídico.



Lo
#

2.16.11 - Águas e Saneamento

- **Nelson Miguel da Conceição Caiado**, residente na Rua António Maria Casquinha, 97, em Vendas Novas, na qualidade de herdeiro da titular do contrato de água n.º 417 em nome de Virgínia Maria Marques Levira, solicita o pagamento da fatura de água n.º 53662, no valor de 178,55 €, em 6 prestações mensais. Presente informação n.º 77/2014, de 14 de outubro de 2014, do Centro de Atendimento Público, dando conhecimento que, se o Município entender deferir o solicitado, deverá ser anulada a referida fatura e o requerente irá pagar uma prestação no valor de 29,75 € e cinco prestações de 29,76 € cada, com início em novembro de 2014 e fim em abril de 2015.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado, autorizando o pagamento em 6 prestações, de acordo com a informação n.º 77 /2014 do CAP, de 14 de outubro.

- **Amaro Maria Chitas Correia**, residente na Rua Aldeias dos Frades, 25, em Vendas Novas, solicita a isenção do pagamento das tarifas de saneamento e resíduos sólidos, tendo em conta que o valor da fatura resulta de uma rotura que existiu e não em proveito próprio, e o pagamento da fatura de água n.º 51380, no valor de 539,42 €, em 6 prestações mensais. Presente informação n.º 66/2014, de 24 de setembro de 2014, do Centro de Atendimento Público, dando conhecimento que, em relação às primeira questão, no Regulamento do Serviço de Distribuição de Água em vigor não está prevista a isenção solicitada. No que diz respeito à segunda questão, se o Município entender deferir o solicitado, deverá ser anulada a referida fatura e o requerente irá pagar uma prestação no valor de 89,92 € e cinco prestações de 89,90 € cada, com início em outubro de 2014 e fim em março de 2015.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a isenção do pagamento das tarifas de saneamento e resíduos sólidos e autorizar o pagamento em 6 prestações mensais, de acordo com a informação n.º 66 /2014 do CAP, de 24 de setembro.



20
#

2.16.12 – Anulação de guias de pagamento

Presente Informação n.º 27/14 do Serviço de Intervenção Social propondo a anulação das guias n.º 740 e 798, no valor de 33 € cada, respeitantes à renda da habitação dos meses de outubro e novembro de 2014 da Sr.ª Florência Maria Cunha Simões Santos.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a anulação das guias n.ºs 740 e 798, de acordo com a Informação n.º 24/14 do Serviço de Intervenção Social.

2.16.13 – AMGAP – Orçamento 2015

Presente para conhecimento o Orçamento para 2015 da AMGAP.

A Câmara Municipal tomou conhecimento, remetendo o documento para conhecimento da Assembleia Municipal.

2.16.14 - Resumo Diário da Tesouraria

Presente o **Resumo**, respeitante ao dia 29 de outubro cujo saldo é 432.577,37 € correspondendo 293.144,94 € a Dotações Orçamentais e 139.432,43 € a Dotações não Orçamentais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Obras – Licenciamento

Com base nos pareceres emitidos pelas entidades intervenientes, bem como pelos técnicos municipais, foram presentes os processos a seguir referenciados e que mereceram as seguintes deliberações:

- **Proc. n.º 28/14 Req.º. n.º 487/14**, de António Matias Ramos Júnior, presente projeto para deliberação final respeitante à legalização de 2 armazéns, sitos na Rua Carlos Pacheco, Quinta Ramos, Foros da Misericórdia, em Vendas Novas.

Aprovado, por unanimidade, de acordo com o Parecer do Chefe da DAUA de 13 de outubro de 2014, devendo ser levantado o respetivo auto.



3. PONTO – Período de Intervenção Aberto ao Público

Não houve intervenções do público.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi aprovada, por unanimidade.

FORMA DE VOTAÇÃO

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objecto de votação nominal.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal encerrada a reunião eram 12 H 15 sendo a presente ata assinada pelo Sr. Presidente, Luís Carlos Piteira Dias e por mim, Hélder Páscoa Fernandes, na qualidade de Chefe da DAF, que a redigi e lavrei.

Os documentos identificados na presente ata são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal

O Chefe da DAF

Vendas Novas, 30 de outubro de 2014



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Aprovada, por maioria, na reunião realizada em **01/04/2015**.

com a abstenção do Vereador Paulo Caçoilas, por não ter estado presente na referida reunião.

O Presidente

L. U. R. T. R.

Os Vereadores

Ana Carla Arranja M. de Barros

José Maria Rodrigues Figueira

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

Elsa Cristina N. dos Santos Caeiro

Sílvia Leonor C. Seatra dos Santos

Joaquim Manuel Marques B. Soeiro

Paulo Alexandre Valentim Caçoilas

Silvia Leonor Chantrea Seatra Santos

J. M. M. B. S.